

de irrigação do Nordeste — PROINE", não só confirmou a meta anunciada pelo Senhor Presidente como ficou em cinco anos o período de execução, de 1986 a 1990, e o montante dos recursos em 4 bilhões e 305 milhões de dólares.

Confiantes, os proprietários rurais, e principalmente os pequenos e médios produtores, elaboraram projetos e os apresentaram às agências do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, os principais agentes financeiros do Governo Federal naquele Estado, no afã de obterem financiamentos destinados à execução de programas vinculados à irrigação.

Para surpresa dos proponentes, a agência dos dois estabelecimentos de crédito, apesar de reconhecerem excepcionais os projetos oferecidos, não puderam fazer a contratação dos financiamentos, sob a alegação da indisponibilidade, da falta de recursos financeiros.

Mas o que é pior, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, no meu Estado, — e neste particular não deve diferir muito dos outros Estados — não dispõem de dotação para financiar qualquer espécie de investimento rural, seja agrícola ou pecuário.

Na parte comercial, há um fato que merece ser referido pelo paradoxo que encerra, no período de 15% de correção monetária os juros cobrados eram de 2% ao mês. Agora, com a inflação de 2% e sem correção monetária o próprio Banco do Brasil está cobrando juros de 4% ao mês.

Sr. Presidente, Srs. Senadores ao nos pronunciarmos sobre o assunto, meu desejo é o de colaborar com a iniciativa do Presidente José Sarney, que, voltado para nossa região, merece o apoio de todos, sobretudo dos que integram a área mais carente do País.

Se o PROINE não alcançar o êxito que se espera, será mais uma frustração para nosso homem do campo, sofrido com os efeitos das adversidades climáticas que, periodicamente, atingem de modo brutal a região e sua economia, e descrente do constante anúncio de providências e medidas que nunca chegam, que jamais se realizam.

Com todo respeito, é o caso de perguntar...

O Sr. Amir Gaudêncio — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Helvídio Nunes?

O Sr. HELVÍDIO NUNES — Tem V. Ex^a o aparte, nobre Senador Amir Gaudêncio.

O Sr. Amir Gaudêncio — Comungo com a apreensão de V. Ex^a, porque, na verdade, o Presidente José Sarney, ao anunciar a implantação de 1 milhão de hectares de terra, no Nordeste, tem a intenção de transformar o Nordeste numa prioridade nacional. E é possível que esta irrigação de 1 milhão de hectares seja implantada. Como afirma V. Ex^a o Brasil só tem 1 milhão e 200 mil hectares de irrigação, dos quais apenas 400 mil com uma relativa tecnologia. É triste estarmos num país cuja base da sua economia é agrícola e só dispomos de 1 milhão e duzentos mil hectares de terra irrigada, quando sabemos que a Índia, mergulhada na sua extrema pobreza, já detém 39 milhões de hectares irrigados, ou seja, irriga 1 milhão de hectares/ano. O problema da irrigação no Brasil é uma vergonha nacional. Vamos formar o mutirão de boas ideias em torno do programa de 1 milhão de hectares para o Nordeste; o Presidente, realizando, fará pelo Nordeste, por todos os Presidentes da República. Muito obrigado.

O Sr. HELVÍDIO NUNES — Eminentíssimo Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a que completa com essas informações, o meu pronunciamento. Na verdade — e nós nordestinos sofremos o problema na carne — até hoje houve um descaço do Brasil pela irrigação, principalmente em nossa área.

Só no Rio Grande do Sul existe um programa que abrange uma área maior do que toda a irrigação até hoje praticada em nossa região, o Nordeste. A colaboração de V. Ex^a, nobre Senador Amir Gaudêncio, é fundamental. Muito obrigado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, com todo respeito, é o caso de perguntar, como fez o poeta: "E agora, José?"

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)
O Sr. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

O Sr. LUIZ VIANA (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É uma coincidência que depois das palavras tão oportunas do Senador Helvídio Nunes sobre irrigação, eu venha dizer alguma coisa sobre inundação.

Realmente, uma parte da população baiana, a população dos Municípios de Rodelas e Glória Chorrochó, está ameaçada pela construção da barragem que ali está sendo feita pela CHESF. A consequência dessa barragem, que naturalmente é necessária, é útil, todos sabem, vai ser a inundação total de vasta área da margem direita do rio São Francisco situada naqueles Municípios.

Ocorre, Sr. Presidente, que a CHESF, que tem o dever de pagar essas terras e as cidades, pois as cidades vão desaparecer, está oferecendo desapropriação realmente irrisória. Mas para melhor compreensão do problema permite-me um breve histórico sobre o que significará a barragem e fechar-se em dezembro de 1987.

O fechamento da Barragem de Itaparica, em construção no Rio São Francisco entre os municípios de Glória, na Bahia e Petrolândia, em Pernambuco, está previsto para dezembro de 1987. Pouco mais de um ano. Submergirá com essa barragem toda a beira-rio dos municípios de Glória Rodelas e Chorrochó, na Bahia, Petrolândia, Floresta, Itacuruba e parte de Belém do São Francisco, em Pernambuco. Vamos fixar-nos nos interesses do lado baiano, que nos dizem respeito.

Glória perde o restante das suas terras ribeirinhas, as que ficaram da Barragem do Morotó. Chorrochó perde o seu pequeno trecho de margem do rio e o povoado de Barra do Tarrachil. Mas, o verdadeiramente arrasado dos três municípios baianos é o de Rodelas, que além de perder todos os seus terrenos agrícolas, precisamente os situados à margem do rio, irrigados por via de uma rede de eletrificação rural implantada durante o meu Governo, depois ampliada, perde também a sede municipal. Quer dizer, não ficará pedra em toda a extensão municipal à margem do São Francisco que aponte um olho para o céu.

Esta é uma informação preliminar, para fazer conhecer o que "vai para o fundo do rio" com essa barragem que, como as de Sobradinho e Moxotó, se destina a criar a energia do progresso industrial, o desenvolvimento do Nordeste — e isso equivale a dizer que todas elas são obras reconhecidamente necessárias e de alta importância para a vida da região.

Mas, o que se perde com essas represas, o prejuízo irrecuperável e jamais compensado que sofre a gente ribeirinha do São Francisco para que o Nordeste cresça e saia da miséria secular que o antiquado, disso não se falou ainda, isso não se estudou com a seriedade e o cuidado que o assunto merece. O descaço e o desprezo, até o desprezo à pessoa humana com que a CHESF, órgão do governo federal, vem tratando essa gente, não é coisa para dizer e ouvir, será certamente para ver e sentir, para sofrer na pele enquanto o sangue corre.

Agora, por exemplo, a CHESF apressa-se pelo menos na Bahia, pelo menos no município de Rodelas, para as populações, com valores insignificantes, quase poderíamos dizer miseráveis, de indenização. Ao tempo que era de cuidar em reassentar essas populações com justiça e honestidade dando-lhes condições de trabalho como têm hoje, de dignidade humana como sempre tiveram, pobre e honradamente, a CHESF procura indenizar imóvel-imóvel, casa-a-casa, propriedade rural a propriedade rural em dinheiro. Isso mesmo escasso, insuficiente dinheiro, deixando aquela gente ao próprio destino. Gente que não tem culpa de nada, que, antes, vê perder-se tudo seu, os seus pequenos possuídos e até a esperança, para que o Nordeste se torne viável. Que poderão fazer com a insignificância que recebem? Homens da roça, do trabalho, da pequena lavoura que deviam ser reassentados em nova propriedade, igual à que possuem, para produzirem no futuro como atualmente, numa hora de crise de produção agrícola, numa oportunidade em que se busca, pela Reforma Agrária, dar terra aos sem-terra, são chamados a negociar o seu pedaço de chão por um dinheiro no qual procurará e certamente não poderão comprar uma gleba adiante, em outro município ou em outro estado, em algum lugar desse imenso país de agricultores — possesores. Depois irão para onde? Amontoados nas invasões das grandes cidades. Por que a Empresa não vai buscar outras áreas no município e aí reassentar

os que são despejados pela barragem? Interesse ao Governo criar mais problemas sociais para juntar aos tantos que não pode solucionar? E a CHESF existiria a fim de criar problemas para o governo? Seria necessário levar alguém à miséria para ensinar a prosperidade de um povo? Certamente não. Entretanto, se as autoridades superiores perguntarem ao Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, que planos delineou para o reassentamento das populações rurais de Glória e Rodelas que perdem todos os seus bens com a represa, certamente ele não responderá. Ou o fará de improviso, isto é, sem conhecimento de causa, sem segurança no que diz. Pergente-se que área selecionou para esse reassentamento e aí não dará nem a improvisada resposta. Isto, de inacreditável passa a ser absurdo. Mas é o que é, a cristalinha, a cruel verdade.

A CHESF, está oferecendo aos pequenos lavradores, muito pobres, muito necessitados, que vivem lá, naquele extremo da Bahia, à margem do São Francisco, privados de todos os recursos e que têm um pedacinho de terra uma ninharia pelo que possuem. Lá, o sistema fundiário dominante, é o do minifúndio. São pequenas áreas onde eles plantam, criam, criam cabra, bode um pouco de gado e disso vivem. E, agora, eles vão ser deslocados pelas águas. Vão perder a sua propriedade, vão perder a sua casa e estão recebendo, aliás, nem estão recebendo. Está lhes sendo oferecido uma quantia, uma remuneração insuficiente para que possam se localizar mais adiante ou em outro ponto da margem do rio.

Isso é um problema realmente humano e, verdadeiramente doloroso para quem tem oportunidade de conviver ou de assistir aqueles pobres brasileiros que são totalmente desamparados — eles não têm nenhuma organização — têm um nível de cultura, também, relativamente ou absolutamente baixo, e são indefesos.

Então, a CHESF está se prevalecendo dessa condição, e quase que forçando, a que aqueles pobres homens, aqueles lavradores aceitem indenizações que estão muito abaixo do que vale as terras e, sobretudo, do que necessitam para construir uma pequena casa e se estabelecerem numa pequena propriedade.

A consequência disso é que essa população toda que vai ser deslocada de Rodelas irá se espalhar por aí criando um problema social, porque eles não vão ter condições de fazer uma nova propriedade, vão passar um tempo durante o qual vão gastar aquela pequena indenização que lhes está sendo oferecida e depois não saberão como sobreviver e como viver, mas aí já será tarde.

O que eu gostaria — a minha intenção — é dirigir um apelo ao Ministro Aureliano Chaves a quem está subordinada a CHESF; queria sobretudo que se tirasse do problema qualquer fator político. A verdade é essa, há um fator político; estão querendo fazer dessas indenizações um instrumento de pressão política sobre aquela pequena população. Realmente ela é bem pequena; o Município de Rodelas todo tem um número que não chega a dois mil eleitores por aí se vê que não tem essa expressão que me fizesse vir aqui reclamar e me queixar em razão de dois mil eleitores, que não são meus, mas que realmente estão padecendo ao desamparo do Governo.

O Governo Federal, o Ministério das Minas e Energia — ao qual está vinculado a CHESF — que representa o Governo Federal, naturalmente está servindo de instrumento para que candidatos interessados e políticos se prevaleçam para pressionar aqueles homens muito pobres e fracos e que, realmente, em vez de sofrerem ou de padecerem, não vou dizer que seja perseguição mas o desamparo do Governo, eles mereciam, merecem. E de que precisam é que o Governo se volte para ampará-los, e ao invés de criar-lhes uma situação pior, deve criar-lhes uma situação na qual melhorassem, e tivessem oportunidade para obter situação melhor, uma propriedade melhor, uma casa melhor.

O que vai acontecer é que irão ser soltos nas margens do São Francisco, talvez para viver de pesca ou em pequenas embarcações, como ocorre, frequentemente, nesses casos.

É esse apelo que eu queria fazer e lembrar também que ali há uma população indígena. Agora que se fala tanto do índio, há índios de uma tribo que estão sendo totalmente deslocados. Então, seria necessário que a Funai participasse também desse esforço que a Compa-

nhia Elétrica do São Francisco amparasse aquela população. É realmente um problema muito menos econômico do que um problema humano. É um problema humano: são homens fracos físicos fracos, doentes, necessitados, mas que vivem ali há gerações. Vivem ali, e não têm condição de exercer outra atividade, pois suas terras vão ser inundadas pela CHESF. E a CHESF está se revelando um coração de ferro, um coração duro e até maligno, porque se aproveita dessa condição, daquela gente indefesa, para obrigá-la a receber indenizações que estão muito abaixo do que valem o seu patrimônio. O Brasil deve-lhes alguma coisa. Deve aquela gente que ali está há um século, há dois séculos, fazendo o Brasil.

É necessário que nós também tenhamos essa sensibilidade e nos voltemos para esses *desamparados* que merecem o apoio nosso que merecem o apoio do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, como Líder.

O SR. ITAMAR FRANCO (PL — MG. Fronteira o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Existem fases excepcionalmente ricas na vida de um País, na trajetória de seu povo. Momento em que, à vista de todos, concentram-se as potencialidades históricas que traçarão, sobre a superfície da realidade, os caminhos do futuro.

O homem público deve ser um vigilante observador do seu tempo. Compete-lhe definir e analisar as correlações mais significativas entre os fenômenos sociais. Compete-lhe, em um dado momento, trazer à tona as verdadeiras tendências, forças e energias que presidem o desenvolvimento dos grupos humanos.

Não será esta uma tarefa suficientemente ambiciosa. Direi que um homem público — um político — é essencialmente alguém em que se corporificam as idéias, os valores e os anseios do seu tempo. Seu papel é de atenção ativa, de sensibilidade, de interpretação e, finalmente, de resposta.

Nesta qualidade de representante do povo, encontro-me neste instante no centro de uma convergência política que traz grande e decisiva responsabilidade.

O momento sucessório, nos Estados brasileiros, exibe todas as características de um fenômeno definidor da vida nacional, principalmente tendo em vista a consolidação da grande opção pela democracia, bem como a fase preparatória da Assembleia Nacional Constituinte.

Atendo ao grande chamado de Minas Gerais, Estado alterneiro e realizador, onde o ideal da democracia é objetivo e presença, Respondendo, legitimamente e com firmeza, ao apelo político para disputar o Governo de Minas, aceitando sempre os compromissos com a democracia, com a liberdade, com o progresso e com a justiça.

Tive a oportunidade histórica e a honra de ver emergir, em torno do meu nome a maior e mais ampla coligação que já se formou na história de Minas Gerais. O PL, o PFL, o PCB, o PDT, o PSB e o PTB se unem no movimento democrático progressista, com o apoio de inúmeros segmentos do PMDB histórico e autêntico.

Contando com o inestimável apoio do meu caro colega e companheiro de chapa, Deputado Aécio Cunha, logo congregarei estes importantes segmentos da vida pública mineira em torno de um projeto político inovador, que se inseriu alvamente contra o oficialismo com que vinha sendo conduzido o processo sucessório em nosso Estado; oficialismo este, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que prefigurava toldar a limpidez da vontade popular.

Nossa ação será sempre no sentido de assegurar a prevalência final dessa vontade. Porque, para nós, democracia é meio e fim; é a ordem política que permite aos cidadãos a convivência na divergência, e pela qual o Governo é mais eficaz, podendo absorver e administrar as contradições.

Anuncio, pois, o meu resolutivo compromisso com Minas Gerais, através de uma síntese das propostas que temos a apresentar à população mineira. Compromisso é dever livremente assumido; é obrigação que pode e deve ser cobrada.

O compromisso com a liberdade e com a democracia nos leva a propor para Minas toda uma nova maneira de governar. Queremos um governo responsável aos reclamos da população e aberto à sua participação; um governo transparente e que nada tenha a esconder. A honesti-

dade e a probidade administrativas constituirão, em nosso Estado, os arquetipos fundamentais.

Este compromisso é, também, com a cidadania, em sua noção moderna, na qual significa respeito aos direitos civis, aos direitos políticos, aos direitos sociais, uma ordem social livre e democrática tem seu fundamento em uma comunidade de cidadãos participantes, iguais e com a dignidade humana protegida. Tudo faremos para construí-la em Minas.

No processo de democratização, é fundamental a desconcentração do poder, a reconquista da autonomia dos Estados e dos Municípios. Assumimos o compromisso com o federalismo, com a descentralização das decisões, lutando por uma reforma tributária que devolva a dignidade e a independência dos municípios e dos estados. Em consonância com estas idéias, abriremos as portas do Palácio da Liberdade aos Prefeitos de todos os Municípios do nosso Estado e não apenas durante a campanha eleitoral. Um governo de portas abertas estará apto a fortalecer o poder municipal, transferindo competência decisória e responsabilidades às autoridades municipais.

Vamos encorajar a participação de todos no processo de governar. Os empresários e os trabalhadores, através de seus órgãos representativos e sindicais, serão sistematicamente ouvidos e se integrarão como parceiros na tomada de decisões política, econômica e social. Os grupos populares organizados terão espaço assegurado para expressar seus interesses e participar da execução das ações de governo. Os funcionários das instituições da administração indireta do estado participarão da gestão de todas elas, pois entre eles escolheremos os dirigentes. As mulheres mineiras estarão dentro de nossa administração, pois vamos reverter a discriminação que contra elas sobrexiste no acesso a cargos e à remuneração igualitária.

Para nós, é premissa fundamental que a organização dos trabalhadores não deve ser controlada. Em consonância com isto, lutaremos por uma ampla reformulação da legislação sindical, que restaure os sindicatos como frentes avançadas do movimento trabalhador. Nosso governo não cercará o direito de greve de nenhuma categoria ocupacional.

Nosso segundo compromisso é com o progresso.

Minas Gerais tem uma economia dinâmica. Ali se produz riqueza que contribui significativamente para o progresso de outras regiões. Minas exporta parte do que produz e exporta, também, seus filhos, seus talentos, já que não são criadas as oportunidades necessárias para atender ao crescimento populacional.

Esta é a dura realidade de Minas. Economia rica, pujante, mas seus frutos estão nas mãos de alguns. É uma economia que gera riqueza para poucos e pobreza para muitos.

Para resolver este quadro, temos de crescer, mas crescer apenas não basta. É necessário saber como crescer.

Propugnamos por um crescimento econômico mais justo, que, sem prejuízo do dinamismo e da eficiência da economia, possa reduzir as desigualdades sociais. Nosso compromisso com o progresso é, acima de tudo, o compromisso com o combate a pobreza e com a dignidade do trabalhador. Iniciaremos um novo padrão de desenvolvimento em Minas, que incorpore os mais recentes avanços tecnológicos na produção e que distribuindo mais equitativamente sua riqueza, possa preparar Minas para o futuro.

É necessário que o Governo Estadual assuma o papel decisivo na liderança de propostas e ações para que se efetivem as reformas estruturais essenciais que a população reclama e a Nova República inícuo.

É urgente o encaminhamento de solução definitiva da nossa dívida externa, para estancar o sangramento de nossas riquezas e resgatar a soberania nacional.

Sr. Presidente, e Srs. Senadores, em Minas, hoje, vivem cerca de 4 milhões de mineiros na mais completa pobreza, absoluta. Só na nossa Capital, 451 mineiros se encontram vivendo no submundo da nossa pobreza absoluta.

Assumimos o compromisso de apoiar as decisões do Governo Federal no sentido de uma renegociação definitiva da dívida externa brasileira, que nos permita a independência nacional e assegure o crescimento econômico.

Assumimos o compromisso com a execução de reformas necessárias, tanto nas áreas rurais, quanto urbanas,

para a promoção de um desenvolvimento mais dinâmico, harmônico e justo.

Defendemos a reforma agrária que, sem perturbar a ordem dos que produzem, possa transformar a desordem que predomina na convivência conflituosa entre os que têm e não produzem e os que não produzem por não terem.

Assumimos, portanto, o compromisso de defender a propriedade produtiva e oferecer as terras disponíveis ao uso produtivo daqueles que as necessitam.

Defendemos igualmente, uma reforma urbana que possa assegurar condições de moradia mais digna e maior qualidade de vida para todos.

Apoiremos o plano cruzado, na medida em que assegure a estabilidade dos preços e viabilize a retomada do crescimento econômico com mais justa distribuição de renda.

Minas deve preparar-se para um novo tempo, Sr. Presidente, somente o crescimento da produtividade, multiplicando bens e riqueza, poderá assegurar, permanentemente, o aumento dos salários reais e o expansão do nível geral de emprego em todas as regiões do Estado.

Para tanto, é necessário retomar o dinamismo da agropecuária e da indústria mineiras, promover a integração de suas atividades, diversificar e desconcentrar a produção.

A modernização da produção agrícola e pecuária será preponderante central de nosso Governo. É necessário ampliar a produção de alimentos e resgatar a importância de Minas Gerais na produção agrícola brasileira.

Vamos preparar o parque industrial mineiro para absorver os avanços que revolucionam o sistema produtivo, estimulando a expansão dos setores tecnologicamente mais modernos e, assim, criando condições para o desenvolvimento científico e tecnológico, base indispensável à modernização da economia e ao bem-estar social. Vamos preparar e qualificar o trabalhador, para que a inovação tecnológica seja sua aliada e não uma ameaça a seu emprego.

Nosso terceiro compromisso é com a justiça. Isso significa a implantação de uma ordem social menos desigual e o respeito aos direitos da cidadania, enfatizando os direitos sociais. Todas as políticas do nosso governo serão pautadas pela obediência a esse princípio.

Assim, daremos tradução concreta à idéia de que cabe ao Estado corrigir as imperfeições do mercado como instância distributiva, criando em Minas uma sociedade onde ninguém passará por necessidades evidentes e todos terão oportunidade de realizar seu potencial humano.

Assumimos o solene compromisso de nunca diviciar as decisões econômicas das preocupações sociais. Desenvolvimento sem justiça é mero crescimento, processo estéril e enganador, que esconde, sob a aparência dos números, a permanência da pobreza, da destituição e do abandono.

Para nós, o progresso não está separado da justiça. Queremos o progresso e o buscamos decididamente; mas não o progresso a qualquer preço; mas não qualquer progresso. Só nos interessa o progresso capaz de trazer a Minas uma sociedade mais justa para com seu povo.

No setor social, nosso maior compromisso é com as crianças. A proteção da infância contra a morte, a doença e a fome, a difusão e a melhoria das oportunidades educacionais e da participação cultural são, para nós, o fundamento da política social. Minas não pode mais tolerar as elevadas taxas de mortalidade infantil, de desnutrição e de deseducação que ainda prevalecem. Para as crianças, dirigiremos o maior e melhor de nossos esforços, em um amplo programa integrado, que atenda desde os meninos e meninas que vivem em ambientes familiares carentes até aqueles que, destituídos de tudo, perambulam pelas ruas de nossas cidades.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, enfatizamos o nosso compromisso com a educação.

Entendemos que é preciso mudar, modernizar nosso sistema educacional, levando-o a todos que dele precisam, transformando-o para que se adapte às necessidades das crianças mais pobres. A nova escola que temos que criar será um lugar de educação e de promoção cultural, de acesso à saúde e à alimentação, de preparar para a cidadania e a vida profissional. nela, todos os trabalhadores do ensino terão as condições necessárias para o exercício de seus deveres. Vamos convocá-los a que participem e liderem este processo de mudança, ao cabo do